

Em busca do Paraíso perdido: palavra, natureza e ambiente na literatura portuguesa para a infância e a juventude. De *A Árvore* de Sophia às árvores de José Jorge Letria e João Paulo Cotrim

Carlos Nogueira♦

Resumo: Nesta comunicação reflecte-se sobre um dos temas mais explorados na literatura para a infância e a juventude dos nossos dias: a relação, positiva e negativa, entre os seres humanos e a natureza. Subjaz às obras em análise, que convidam o leitor a uma reflexão séria sobre a questão da vida na Terra e o seu futuro incerto, a ideia de que não é possível construir uma Humanidade total sem uma articulação efectiva entre o Homem, os elementos da Natureza, em particular a árvore, e uma biologia e geografia da Palavra.

1. *A Árvore*, de Sophia de Mello Breyner Andresen: etnografia, conto, mito, poesia, ecologia

“A cultura não existe para enfeitar a vida, mas sim para a transformar – para que o homem possa construir e construir-se em consciência, em verdade e liberdade e em justiça”
(excerto da conhecida declaração de Sophia de Mello Breyner na Assembleia Constituinte, em 1975).

Conto que se estabelece como escrita de uma das matrizes da cultura japonesa, *A Árvore*, que Sophia construiu a partir da narrativa homónima tradicional que o escritor Isao Tesuka lhe contou, apresenta-nos um povo que vive em equilíbrio com uma árvore cuja imponência surpreende até os mais viajados; um povo que sofre por ter de cortar essa árvore, “bela, antiga e venerável”, que crescera tanto que os raios de sol já não podiam entrar na ilha; um povo, afinal, que sabe transformar a morte da sua árvore em vida, e uma árvore que nesse contexto de acolhimento sem reservas sabe perpetuar a sua memória. É um conto que, conciliando etnografia literária e mito, se concebe como dinâmica transcultural de regeneração do mundo natural e das sociedades humanas.

Na obra de Sophia de Mello Breyner Andresen, as corporalidades do eu enunciator e de personagens como a Fada Oriana ou a Menina do Mar constroem-se, em fascínio e êxtase, como extensão com alma da corporalidade de uma Natureza que é inocência e perfeição inaugurais. Na produção de Sophia para a infância e a juventude, a árvore é o tema de um conto que situa o jovem leitor (e não só) bem no interior de um mundo habitado por seres humanos que, em vez de destruírem a Natureza, a veneram. O título – *A Árvore* (1985) – vertical e exacto como qualquer um dos seres nele tacitamente representado, antecipa a mensagem que de imediato se tornará evidente no texto: a restituição ao leitor de uma ordem natural e cultural inviolada que não é já a do mundo em que ele vive.

Dizer “Era uma vez – em tempos muito antigos, no arquipélago do Japão – uma árvore enorme que crescia numa ilha muito pequenina”¹ é já anunciar, partindo do *incipit* encantatório e mágico próprio das narrativas orais e tradicionais, uma aventura rara que há-de estabelecer raízes fortes no chão do texto e no chão de terra

♦ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – Instituto de Estudos de Literatura Tradicional.

¹ 12.^a ed., [Porto], Figueirinhas, 2001, p. 11.

pisado pelo jovem leitor, tanto mais cidadão do mundo quanto mais leitor de bons livros de literatura. Aos leitores que já conhecem alguma ou algumas das narrativas da autora de *O Cavaleiro da Dinamarca* esse apelo surgirá mais intenso e promissor, por se lhe associar o horizonte de uma narrativa de leitura inesquecível.

À, no nosso discurso, metáfora do texto como chão e à nomeação do lugar dos lugares que é o chão da terra corresponde, no discurso do conto *A Árvore*, uma visão do mundo em que o chão é texto ou tecido de elementos da Natureza: “Os japoneses têm um grande amor e um grande respeito pela Natureza e tratam todas as árvores, flores, arbustos e musgos com o maior cuidado e com um constante carinho”. O reconhecimento da diferença como operador de sensibilização não paternalista para a questão ambiental dá-se assim no quadro de um desafio cultural que oferece ao leitor a possibilidade de intensificar o seu estatuto cosmopolita num mundo que é cada vez mais transcultural.

O conto de Sophia inscreve-se, como se vê, desde o início, na noção de cultura como dignidade e é ele próprio, por isso, construtor de dignidade: dignidade da cultura da Natureza, dignidade da cultura do Outro, dignidade cultural. O Outro como centro do texto conduzirá o leitor à consciência de que necessita de libertar-se do excesso de confiança na sua cultura. O elogio explícito ao valor intelectual e prático dos habitantes desta ilha, formalizado de novo mais à frente, visa esse efeito mas é antes de mais um sinal de gratidão, não um louvor meramente protocolar: “E, como são um povo muito inteligente, os japoneses trabalham muito bem, muito depressa e com muito esmero e são ótimos carpinteiros”².

Este encadeamento de valores estéticos e valores extra-estéticos, transversal, como se sabe, a toda a escrita de Sophia, é a estrutura de base do conto *A Árvore*, que desde o primeiro momento sugere quer a sua posição face ao mundo natural e humano quer os seus critérios de valoração da arte literária. Um tal exigência moral, que, demasiado à superfície do texto, anularia a esteticidade da obra, é intrínseca à forma e ao conteúdo, integrando-se sem artificialismo na estratégia narrativa do conto em geral, popular ou de autor: no tratamento ágil do tema, da acção, das personagens, do espaço e do tempo. A elevada consciência ecológica patenteada no reinício da diegese, interrompida pela frase, já citada, que louva o povo japonês pela sua ligação à Natureza, é a primeira ocorrência dessa expressão tão ética quanto fabular: “E, nas tardes de Verão, as pessoas vinham sentar-se debaixo da larga sombra e admiravam a grossura rugosa e bela do tronco, maravilhavam-se com a leve frescura da sombra, o suspirar da brisa entre as folhagens perfumadas”³.

O narrador, obedecendo às regras da concentração e linearidade típicas do conto, não se detém em pormenores. Mas o discurso iterativo (conta-se uma vez o que sucedeu inúmeras vezes) não deixa dúvidas em relação ao profundo respeito desta comunidade pela árvore enquanto centro da perfeita arquitectura da Natureza e do mundo construído pelo ser humano; respeito e veneração que se traduziram, na história deste povo, numa festa dos sentidos transmitida de geração em geração, cujo ocaso é anunciado nesta fórmula solene: “Assim foi durante várias gerações”⁴. Contudo, a obrigatoriedade de se impor um fim à aliança que todos julgavam eterna não implica a perda de consciência ecológica; ela prossegue, antes de mais, na reunião que envolve toda a população e da qual sai uma resolução que só recentemente é regra nos países mais evoluídos: “No lugar onde antes ela se erguia plantaram um pequeno

² *Idem*, p. 18.

³ *Idem*, p. 12.

⁴ *Ibidem*.

bosque de cerejeiras, pois as cerejeiras nunca crescem muito”⁵. O mais tradicional, o mais antigo e aparentemente aceitável apenas em povos ditos primitivos, é afinal o mais moderno, evoluído e civilizado.

O corte inevitável da árvore, o fim da árvore como árvore, é o início de uma celebração sem fim da Árvore. Às “lamentações”, aos “choros” e “gemidos” resultantes da decisão de abater a árvore sobrepõe-se um ritual de vida que tem repercussões profundas no comportamento sociocultural e ético deste povo, na fenomenologia das suas tradições: assim como soube sacrificar uma árvore que crescera tanto que o sol já não aquecia nem iluminava a ilha, também a soube tornar inextinguível na prática e na memória colectivas.

O fim da árvore como ser vivente não é pois o seu fim como corpo unido ao corpo do mundo natural e humano. Dita a eternidade da árvore um povo que é sábio por não se recusar a ouvir a sabedoria da Natureza. A vida dos habitantes da ilha continuará a ser protegida pela corporalidade da árvore porque não se incorre no erro de ignorar que a sua vocação para a vida implica uma simbiose com o ser humano, destinado, por sua vez, a procurar sempre um equilíbrio com a Natureza.

Para preservar a memória da “árvore tão amada”, todos os que vivem na ilha fabricam objectos – memoriais – a partir dos “ramos” e das “pernadas”, como “pequenas mesas”, “caixas, tabuleiros, tigelas, colheres, pentes e ganchos para as mulheres espetarem no cabelo”⁶: cultura do resto em que o residual, transformado pelas aptidões intencionais, criativas e inovadores da acção humana, se torna útil e essencial. Em seguida, recusando vender “o enorme e grosso tronco nu, deitado através da ilha”, aos “viajantes e armadores que queriam aquela óptima madeira para fabricar barcos”, constroem, com arte e ciência, “uma grande e linda barca toda esculpida e pintada de muitas cores”⁷; graças a ela passam a realizar bons negócios mas nunca deixam de a usar sobretudo para reforçar a sua ligação à Natureza e ao Cosmos: “Às vezes, nas noites calmas de Verão ou de Outono, grupos de pessoas embarcavam e iam até ao largo ver a lua cheia sobre o mar”⁸. Essas viagens convertem-se em palavras sobre o silêncio que tem de ser pronunciado e perpetuado pela Palavra: Palavra ainda incontaminada pelo ruído que sobrevém ao horror moderno pela solidão e pela mudez eloquentes: “Depois, no Inverno seguinte, comentavam estes passeios, comparavam tudo o que tinham visto, discutiam qual fora a mais bela noite, a mais bela paisagem”⁹. O habitante desta pequena ilha aparece-nos unido a si, aos outros, à Natureza e à Palavra (deduzimos: Palavra a um tempo literária e social); e o leitor participa dessa unidade porque a história de Sophia, narrada a partir de uma versão de um conto tradicional japonês, concilia a densidade do relato ético com a profundidade da transparência envolvente e comunicativa do discurso.

O enraizamento da árvore na comunidade aprofunda-se também através da herança de uma tradição imorredoura que nasce com a sua morte: a festa das cerejeiras em flor, que, assinalando o fim do Inverno e o começo da Primavera, simboliza a renovação cíclica da Natureza e a reactualização do mito do eterno retorno. Nesse renascimento o povo da ilha renasce para a fruição plena da vida social na Natureza: “Havia grande azáfama e pelas ruas passavam pessoas muito apressadas:

⁵ *Idem*, p. 15.

⁶ *Idem*, p. 16.

⁷ *Idem*, p. 18.

⁸ *Idem*, p. 21.

⁹ *Ibidem*.

iam a correr às lojas de tecidos comprar quimonos de Primavera para vestirem quando chegasse o dia em que já pudessem ir admirar o primeiro desabrochar de flores”¹⁰.

O conhecimento técnico e científico deste povo não é mortífero para o meio ambiente: fundamenta-se nele e imita a harmonia da Natureza; e por isso as modificações que estes seres humanos introduzem no mundo que os rodeia não são artificiais: constituem metáforas puras com uma concretização material, com o barco, figuração do peixe que atravessa as águas ou do pássaro que voa rente a elas, a emergir como a criação maior.

A metamorfose da árvore em barco desencadeia outra metamorfose, a mais sublime e definitiva, por radicar na materialidade significativa da palavra-poema, da palavra da Árvore feita poema oral. Do “mastro grande”, a única parte da “grande barca” que resistira ao apodrecimento, construiu-se outro memorial, no caso com uma dupla função: “– Temos que fazer com este mastro alguma coisa que nos lembre a nossa árvore antiga e a nossa barca – disse o chefe da ilha”¹¹. Esse memorial é uma “*biwa*, que é uma espécie de guitarra japonesa”¹², um objecto cultural produtor de Beleza em que se fundem técnica (ciência), arte (música) e literatura (poesia oral): “Quando a obra ficou pronta, a população reuniu-se na praça principal e sentaram-se em silêncio em redor do melhor músico da ilha para ouvirem o som da *biwa*. Mas, mal os dedos do músico fizeram ressoar as cordas, de dentro da *biwa* ergueu-se uma voz que cantou: *A Árvore antiga/ Que cantou na brisa/ Tornou-se cantiga*”¹³.

Este episódio, o único em que intervém um elemento do maravilhoso propriamente dito, é decisivo para a formalização do imaginário deste povo sobre a Natureza e sobre si. Esse imaginário formaliza-se definitivamente através da metamorfose a que acima nos referíamos: a Árvore transplanta-se para a dimensão irredutível da palavra-poema. O narrador explica-o nestes termos, resumindo, como conclusão do relato, o conceito do arquétipo da árvore como respiração do mundo: “Então todos compreenderam que a memória da árvore nunca mais se perderia, nunca mais deixaria de os proteger, porque os poemas passam de geração em geração e são fiéis ao seu povo”¹⁴.

Lê-se este conto com deslumbramento e acredita-se na sua mensagem porque se pressente a elaboração límpida da palavra japonesa e a solaridade grega própria da poética da autora, em sintonia com a ideia de que é a Natureza que dá o modelo à cultura; e reconhece-se no texto, por conseguinte, a transculturalidade ímpar da palavra de Sophia: corpo em que se combinam ética, beleza e verbo, corpo de entendimento de culturas e linguagens distintas que se universalizam sem perderem o que nelas é único. A ductilidade e a medida certa de cada período e de cada frase, coincidentes com a oralidade da versão ouvida por Sophia, que lhe acrescentou “diversos pontos, variações, divagações”¹⁵, harmonizam-se com a configuração mitopoética da narrativa: linguagem pura da verdade, conto ou relato mítico que representa um mundo primordial e ideal.

Conto com função de mito ou mito com forma de conto. É evidente que poderíamos apresentar argumentos em defesa de cada uma destas fórmulas, dependendo do conceito, mais lato ou mais estrito, que atribuíssemos a cada um destes géneros do modo narrativo; mas parece-nos que o mais correcto será entender

¹⁰ *Idem*, p. 24.

¹¹ *Idem*, pp. 30-31.

¹² *Idem*, p. 31.

¹³ *Idem*, pp. 31-32.

¹⁴ *Idem*, p. 32.

¹⁵ “Nota”, in *idem*, p. 8.

esta narrativa como um texto híbrido em que convergem elementos do conto e do mito. Narrativa tradicionalizante que sistematiza uma experiência de plenitude entre o Homem e a Natureza e se afirma enquanto projecto de construção permanente da realidade, *A Árvore* liga o presente ao passado e estrutura as expectativas dos leitores relativamente ao futuro.

Literatura e ciência, ciência e literatura são equações que resumem a amplitude infinita deste conto. Partir dele para observar que é urgente equilibrar o que está desequilibrado no senso comum e na mente de inúmeros especialistas de áreas como a medicina, a advocacia, a política e a tecnologia em geral será sempre um acto inteligente e humanista da mais elevada cidadania. Esta narrativa pertence a uma literatura que nos diz que entre a realidade das Ciências da Natureza e a realidade poética não há oposição. Se o modo como actuamos sobre o meio ambiente tem a ver, em grande parte, com a forma como o apreendemos e interpretamos a sua organização e a sua *alma*, então não há que duvidar: a leitura de textos como este contribuirá sempre para ensinar ao ser humano que não deve relacionar-se com a Natureza em termos deterministas. Nessa relação, nessa construção do Homem e do meio, a pulsação própria da Natureza deverá interagir com a experiência tecnológica, a estética e os valores próprios do humano, sem prejuízo para qualquer uma das partes.

A vida de muitos dos leitores deste conto há-de reger-se pela memória e pela acção ecológicas, não pela realidade imoral dos que abatem árvores a pensar no lucro imediato. A memória sem memória faz-se de muitos esquecimentos e a memória com memórias também é alimentada por fontes que não passam necessariamente pela literatura. Mas não duvidemos: o vazio de ideias e de ideais, a indiferença em relação ao conhecimento e ao respeito por outras culturas e pelo mundo natural são sinais inequívocos de ausência ou défice acentuado de envolvimento cognitivo na nossa sociedade. Ora, uma emancipação verdadeiramente integral da inteligência humana não pode ser desencadeada senão a partir da articulação, em cada um de nós, entre a cultura da palavra literária – oral ou escrita –, a cultura das ciências sociais e a cultura das ciências ditas exactas. Quando este paradigma for a norma e não a excepção, talvez possamos acreditar na salvação do mundo.

O conto *A Árvore*, biografia *real* de uma relação *paradisíaca* entre o Homem e um dos seres supremos da Natureza, é, portanto, uma respiração que diz a imortalidade de uma árvore japonesa e convoca o leitor para o interior de uma vida íntegra e integral, única e una. A realidade do paraíso de outra cultura, pronunciada e concretizada em união com a árvore e a Natureza, é promessa do paraíso a reconstruir na cultura dos leitores portugueses ou de língua portuguesa.

2. A Árvore e a Palavra em dois livros de José Jorge Letria para a infância e a juventude

Nesta fase da nossa comunicação ocupar-nos-emos de dois livros de José Jorge Letria, *A Árvore dos Abraços* e *O Homem Que Tinha uma Árvore na Cabeça*, que, no seu conjunto, na linha do texto fundador de Sophia, são uma das raízes mais profundas da literatura que tematiza a relação entre a natureza humana e os elementos da natureza.

A Árvore dos Abraços (Quasi, 2005) e *O Homem Que Tinha uma Árvore na Cabeça* (Porto Editora, 2007), de José Jorge Letria, são obras em que as experiências da Natureza e da Palavra se fundem numa espécie de revisitação simbólica de uma

união que é por certo uma das primeiras manifestações de deslumbramento *cósmico* do ser humano, ao reconhecer-se corpo de sentidos no mundo natural e simultaneamente corpo de palavras. Por experiência da Palavra entenda-se o corpo do texto que se faz sentir no leitor, não um tratado de poética da palavra enunciado nestas duas narrativas: o corpo do texto que se vive intelectual e fisicamente através de uma materialidade significativa e de significados em que o leitor é portanto herdeiro e intérprete de uma espaço ontológico original.

Esse espaço é o da renovação cíclica da Natureza e ao mesmo tempo o da encarnação da sublimidade espiritual do ser humano, que só poderá existir integralmente nesse Paraíso há muito perdido. N’*A Árvore dos Abraços* e n’*O Homem Que Tinha uma Árvore na Cabeça*, a ligação a essa Totalidade perdida faz-se, nos sentidos bíblico e empírico, através de uma árvore que é em si mesma um paraíso na Terra. Tal como, de acordo com a tradição bíblica, “toda a árvore agradável à vista, e boa para comida”, e tal como “a árvore da vida, no meio do jardim” do Éden, que “o Senhor Deus fez brotar da terra”¹⁶, as árvores destas histórias são um corpo de epifanias; porém, perdido o jardim do Éden, perdeu-se igualmente o jardim do Mundo, que, em ciclos de renascimentos e mortes, a humanidade procura recuperar desde esse primeiro apocalipse: a árvore dos abraços e a árvore de Arbóreo, o homem-árvore, também morrem; essas mortes são todavia renascimentos anunciados, não só porque o maior dos milagres da natureza é o milagre do seu perpétuo renascimento, mas ainda porque nem todos os seres humanos perderam a *inocência* que poderá salvar o mundo: no lugar da árvore dos abraços haverá já talvez outra árvore, “com muitos mais abraços para dar”¹⁷; e a “árvore rara [a] que Newton foi buscar a maçã que usou para demonstrar a Lei da Gravidade”¹⁸ é talvez descendente de Arbóreo, já que o sabor dessa maçã era igual ao da árvore que ele tinha na cabeça.

A árvore dos abraços, depois de abraçar o menino que perdera a mãe, depois de abraçar todos os que lhe solicitaram “o seu amparo e o seu carinho”, depois de ser protegida de quem a queria abater para no seu lugar construir uma urbanização, “morreu de cansaço e de velhice, mas morreu de pé”, um cansaço originado pelo sensacionalismo criado à sua volta: “Tendo notícia do que ali acontecera, vieram pessoas para a zona cobrar bilhetes a quem desejava aproximar-se da árvore e ser abraçado por ela. Foram também essas pessoas que começaram a vender postais com a fotografia da árvore e pedaços da sua casca áspera e grossa dentro de caixinhas de vidro. Chegara a hora de se fazer negócio. Houve mesmo quem falasse num novo milagre que ali tinha acontecido. Nesse dia vieram os jornais, e também as televisões, que queriam abrir os telejornais com a reportagem em directo, já que nesse dia não havia nenhum escândalo na política nem na vida social”. A citação é longa, mas serve para ilustrar uma das qualidades da escrita de José Jorge Letria: a denúncia dos lugares-comuns da civilização, através de um discurso despojado mas incisivo que tem como preocupação basilar contribuir para a formação de leitores inconformados e hábeis na descodificação dos sinais de alienação e totalitarismo que os poderes instituídos não conseguem encobrir completamente, apesar de disporem de estratégias de comunicação muito evoluídas. Há portanto um pensamento ético que se aloja numa linguagem, ao mesmo tempo de estranhamento e de familiaridade, que seduz o jovem

¹⁶ “A formação do jardim do Éden”, in *Génesis*, in *A Bíblia Sagrada (Contendo o Velho e o Novo Testamento)*, traduzida para português por João Ferreira de Almeida, edição revista e corrigida, Lisboa, Edição da Sociedade Bíblica de Portugal, 1999 (1.ª ed., Sociedades Bíblicas Unidas, 1968), p. 6.

¹⁷ Sem numeração de páginas.

¹⁸ P. 32.

leitor pelo que nela é abertura do espírito a novos significados e a novas perspectivas sobre o real.

A árvore de Tenório, conhecido depois por Arbóreo, também é primeiro um paraíso: dela Arbóreo colhia frutos saborosos, dela aproveitava a sombra para dormir, nela poisavam e se abrigavam os pássaros e à sua volta brincavam as crianças. Mas a loucura dos homens trará a morte ao homem-árvore e a um seu amigo, o cientista alemão Johannes Kepler, que, como ele, tinha a paixão pelas estrelas e pelos planetas. Ambos desaparecem na cidade de Praga, depois de muito sofrimento, durante a Guerra dos Trinta Anos; contudo, a morte de ambos não significa o fim da sua intervenção no mundo: Arbóreo esconde nos seus ramos um livro de Kepler, *Somnium* (“sonho”, em latim), que fala “de uma viagem imaginária à Lua”, livro que o próprio autor diz ser perigoso, por defender “ideias raras que não agradam àqueles que mandam nos reinos desta Terra”¹⁹; e é ainda Arbóreo que renascerá junto da sepultura de Kepler, em cuja pedra se lêem estas palavras, que ele próprio ordenou que fossem escritas após a sua morte: “Medi os astros, agora meço as sombras. O espírito volta-se para o céu, o corpo repousa na Terra”²⁰. O milagre que este encontro em si mesmo é vem a ser maior porque no final da narrativa há outro encontro: Newton aparece como o herdeiro das “conversas fantásticas de Kepler com Arbóreo”: “Diz-se até que foi a uma árvore rara que Newton foi buscar a maçã que usou para demonstrar a Lei da Gravidade. Explicava ele que a mesma força que atrai a maçã para a Terra mantém a Lua na sua órbita. Essa maçã tinha um sabor igual ao dos frutos que cresciam na cabeça de Arbóreo”²¹. É sabido que Newton confirmou as leis propostas por Kepler; e é um facto que pelos caminhos da literatura o que pertence a tempos e a espaços diferentes mas tem a mesma densidade passa a pertencer a uma mesma unidade.

Obras, como se vê, que, percorridas por um lirismo vagamente melancólico, um lirismo às vezes superiormente crítico, não se contentam com o tom mais efusivo e demasiado optimista de muitos textos destinados à infância e a juventude (o que os relega para o estatuto de um qualquer produto de mercado comercializado na grande superfície comercial ou na Internet). Essa esperança melancólica ou essa exasperação lúcida, que é ao longo destes livros cicatriz sempre adiada ou luz assombrosa, não pode senão ser acolhida pela desmesura da palavra literária, lugar sagrado em que o sagrado da Natureza se revela à nossa percepção em sensações de sublimidade, construtoras, por sua vez, de implicações cognitivas e de conhecimento (Razão).

Estas narrativas, atravessadas por um misto de melancolia lúcida e esperança exasperada, são, por um lado, representações de uma sociedade estilhaçada num devir sem um rumo anunciado que a sossegue e lhe limpe as feridas, extirpando ou mitigando os factores e os efeitos da angústia. Mas *A Árvore dos Abraços* e *O Homem Que Tinha uma Árvore na Cabeça* mostram-nos, por outro lado, que a única salvação verdadeiramente eficaz contra a sensação de orfandade cósmica que nos abala, contra o materialismo e o utilitarismo do mundo em que vivemos, reside no amor da e pela Natureza; salvação num sentido literal, porque o que está em causa é a possibilidade da vida humana na Terra; e salvação interior para cada um de nós, se soubermos inscrever-nos, em equilíbrio epifânico, nesse poema primordial do ser humano que é, como disse Nietzsche, o nosso cosmos e o nosso mundo de palavras.

O mundo real não existe porque é apenas a nomeação de uma totalidade indefinível: o que existe é o mundo das nossas representações e projecções, como

¹⁹ *O Homem Que Tinha uma Árvore na Cabeça*, p. 26.

²⁰ *Idem*, p. 30.

²¹ *Idem*, p. 32.

notou Schopenhauer. Mas existe um real da Natureza que o ser humano, na imparável voragem consumista que o leva a transformar a realidade física em matéria-prima, nunca destruiu tão sofregamente como hoje. (Re)aprender a escutar o espírito das árvores pela lição destes textos literários significará com certeza transportar o mundo real físico para o mundo das nossas representações.

A literatura, ou a cultura e a sabedoria literárias, e a cultura humanística que daí advém são universos que podem contribuir decisivamente para a entrada da criança ou do jovem nessa experiência de salvação do mundo. Os mais novos vêm e intuem o que os adultos ignoram ou já esqueceram, são os portadores de um segredo de que os mais velhos se afastam tanto mais quanto mais se afastam da *linguagem* e da construção da sua própria *infância*: «As crianças que faziam rodas à volta da árvore começaram a espalhar a notícia de que ela falava e de que parecia ter, no meio do tronco, dois olhos de onde escorriam abundantes lágrimas. Mas ninguém se atreveu a acreditar nelas. Uma das crianças chegou mesmo a ver, desenhada na casca grossa, a palavra “Arbóreo”, mas não sabia o que significava. Ninguém sabia»²².

Estes dois livros dizem-nos portanto que vivemos num mundo pré-apocalíptico ou apocalíptico; mas também nos dizem que a Ciência de que nos servimos para destruir o Mundo pode ser usada para o salvarmos; e, acima de tudo, dizem-nos que as crianças são os agentes dessa salvação da e na Natureza e pela Palavra, dessa viagem de regresso à infância do Mundo e da Humanidade. E dizem-nos que a literatura é o lugar dos lugares: aquele em que cada um pode projectar o encontro com a sua unidade humana perdida, que no livro se reconstrói prometendo sempre outra reconstrução mais definitiva.

3. *A Árvore Que Dava Olhos*, de João Paulo Cotrim: a dignidade da Natureza

A encerrar este percurso por três autores da nossa literatura para a infância e a juventude que mais criativamente equacionam o problema da destruição da natureza às mãos do ser humano, abordaremos as incidências ideológicas e ecológicas do discurso, ora irónico e satírico, ora meditativo e lírico, de uma árvore consciente da sua dignidade e do seu lugar no mundo.

A sabedoria da Natureza nunca esteve ausente da literatura destinada à infância e à juventude ou, com maior ou menor projecção entre as crianças e os adolescentes portugueses, de recepção infantil e juvenil. Estes universos literários, da poesia ao texto dramático ou do conto popular tradicional ao conto de autor (inspirado ou não na tradição oral, que nele é retomada e renovada), sempre nos apresentaram histórias de confrontos e encontros entre o ser humano e os animais, as árvores, as flores, as montanhas, as fontes, os mares, o céu e os astros. Na respiração desses mundos simbólicos e alegóricos, os jovens leitores, ouvintes ou (tele)espectadores aprendem que o Homem, separado embora de si mesmo e da Natureza, poderá ainda reencontrar o jardim do Éden que vive em si como promessa de redenção; e interiorizam que inúmeros seres humanos, perdidos em si mesmos e no mundo, esqueceram há muito que a verdade da Natureza que lhes foi revelada pela Literatura, oral e/ou escrita, é uma das poucas verdades autênticas que nos são oferecidas sem quaisquer custos ou encargos.

Mas a construção desse imaginário na e pela Natureza nunca como hoje foi tão enraizadamente ética e autoconsciente em tantos escritores porque nunca como agora

²² *O Homem Que Tinha uma Árvore na Cabeça*, p. 30.

foi tão necessária. A procura de uma cosmogonia pura na literatura dirigida aos mais novos contempla nos nossos dias tanto a salvação de cada um na Natureza como a salvação literal do planeta ou da natureza do planeta que é a nossa casa.

A respiração da árvore no texto e no seu exterior é uma conciliação que a actual literatura para a infância e a juventude assume como essência da construção do ser do leitor e da reconstrução da Terra. No livro de João Paulo Cotrim *A Árvore Que Dava Olhos* (ilustrações de Maria Keil, Calendário, Vila Nova de Gaia, 2007), as três primeiras frases, as únicas da primeira página, anunciam uma revelação cujos referentes são enunciados no título. Mas essa participação não é comunicada ao leitor através de uma linguagem retumbante: é antes expressamente sugerida sem ser dita, acompanhando a apresentação simples, poética e irónica da árvore (cada um destes adjectivos aplica-se a uma das frases, respectivamente): “Sou uma árvore. Tenho raízes no coração da terra e ramos que fazem cócegas nas nuvens. Mas isso é o que fazem todas as árvores”.

Uma apresentação como esta significa já sublimar o que seria talvez para a maioria dos leitores, até ao encontro com este livro, invisível ou insignificante; e é portanto um modo de nomear sinodoicamente o paraíso na Terra. Recordemos que no início do Génesis, no versículo 11 de “A criação do céu e da terra e de tudo o que neles se contém”, Deus disse: “Produza a terra erva verde, erva que dê semente, árvore frutífera que dê fruto segundo a sua espécie, cuja semente esteja nela sobre a terra”. Deus, antes de formar o jardim do Éden e de nele fazer brotar “a árvore da vida”, criou por conseguinte a vulgar árvore de fruto e “viu (...) que era bom”.

Essa auto-elevação da árvore cumpre-se como insurreição de quem diz, ironicamente, provocatoriamente, “Sou apenas uma árvore no fundo do quintal” sabendo que é mais do que isso porque estabelece para si mesma uma relação criadora com o mundo que a rodeia. De uma árvore do fundo do quintal, desejadamente “calada e quieta”, não se espera que veja o que vê nem que fale o que fala (“Sou uma árvore no fundo do quintal, não posso ver o que vejo nem falar o que falo”). Há entretanto que dizer que esta árvore, como qualquer outra árvore, fica quieta a ver passar o tempo, veste-se de verde na Primavera, usa “o chapéu de folhas para inventar sombras que dançam no tronco”; mas – e nisto é já uma árvore única, que cria o seu paraíso na Terra – veste-se “de outras cores para saudar o mau tempo”, fica “quase nua para apanhar melhor a água da chuva”, bebe “sem parar”, gosta “até do frio que o vento de Inverno” lhe traz e ouve “o vento frio falar da neve”, que, infelizmente, nunca cai no seu quintal (daí a pergunta: “Fazia algum mal ao tempo ir espreitar outros lugares?”).

À consciência do milagre dessas metamorfoses acresce a experiência de um absoluto que nasce da inteligência e da imaginação. Esta árvore sóbria, lírica e bem-humorada, que apenas tem medo, “às vezes, de um raio”, sabe que pode viver uma extraterritorialidade salvadora: “Sou uma árvore tão sossegada que posso bem planear viver num bosque pequenino ou numa floresta gigantesca”. Indiferente à paisagem, que não pára de a mandar calar, esta árvore insubmissa decide construir o seu futuro começando por sugerir ao leitor que poderia viver um êxtase raro e total povoando a sua vida e a dos outros com a cor, o cheiro e as formas das flores e dos frutos mais incomuns: “Podia, um dia, oferecer flores, mas das que enfeitam os cactos no deserto. E, no outro, encher-me de malmequeres das altas montanhas ou nenúfares dos lagos escondidos”. A palavra e os mundos que ela própria cria são assim o centro mais ardente desta árvore, que, habitante do seu círculo de criações únicas e fulgurantes, se resgata a si mesma do abismo da solidão e do tédio (e do que esperam dela, simples árvore do fundo do jardim). Querer vestir-se “de maçãs com o tamanho de cerejas, dar

uvas e amêndoas”, alindar-se “com cenouras e pêssegos carecas”, “deixar cair as folhas todas e riscar um céu inteiro”, enchendo-o “de traços, mas cada um de sua cor como lápis de cera numa folha branca”, é já viver a sobre-realidade anunciada nessas formulações e é já inventar um porvir em que ela se vê realizada.

O momento em que a árvore diz “Ou [podia] transformar-me no maior aeroporto do mundo para borboletas” é a transição para um fazer tão incomensurável como o enunciado atrás mas já acompanhado da densidade dos mundos que povoam o imaginário infantil (e não só). O jovem leitor não ficará por certo indiferente a esta progressão para planos em que o mais feérico é o mais natural para uma árvore, votada à projecção de aventuras reais de fascinação mágica e lúdica com borboletas, lagartos, formigas, gatos, pássaros e crianças(-piratas e -bombeiros): “E se gritar aos quatro ventos que serei uma pista de corridas para lagartos? Quem chegar primeiro fica mais tempo perto do Sol”; ou: “Vou chamar as formigas para fazerem em mim uma cidade. Neste ramo um jardim, naquele uma escola. Ali um prédio grande e bonito, aqui uma praça para discutirem a vida”.

A realidade que este tipo de discurso cria decorre da inter-relação entre a inventividade imagética e alegórica e a força da ilocução. Daí o recurso a marcadores ilocutórios que instauram nesta parte do texto um evidente valor accional: “Está decidido: vou ser um farol de gatos”. Usa-se, nesta secção em que a árvore anuncia o seu mundo novo, não o pretérito imperfeito do indicativo com função de condicional mas sobretudo a primeira pessoa do presente do indicativo do verbo poder, por vezes com a função inequívoca de futuro do indicativo (que é preterido pelo presente, por não implicar tanto o leitor com o objectivo destes actos ilocutórios: o de fazer coincidir o conteúdo proposicional do enunciado – o estado de coisas do mundo pleno da árvore – com o universo de referência); e usa-se também, marcando o resolutivo propósito de concretizar a acção num tempo muito próximo, a primeira pessoa do presente do indicativo do verbo ir seguida do infinitivo do verbo principal (vou+infinitivo), cuja consistência de acto ilocutório que combina a ordem do querer, do dizer e do fazer, na última passagem transcrita, é reforçada pela expressão verbal que a antecede. O sintagma “Está decidido” não compromete apenas o próprio locutor com o conteúdo dos enunciados que se seguem; ao contribuir para a tradução do estado psicológico da árvore, remetendo para uma necessidade que é orgânica e de raiz, facilita o aprofundamento da intersubjectividade que o texto persegue. A árvore, des-realizando o real através da palavra literária, recorre a actos de linguagem específicos que a apresentam em posição de poder engendrar a realidade. Desse modo ela convoca o leitor para uma ordem ritual profundamente humana: a ordem ritual e relacional, de identidade e alteridade, que cada acto de fala desencadeia e que cada texto literário coloca a um nível ainda mais profundamente humano.

O processo que se desenvolve diante dos olhos do leitor-espectador, a quem é comunicada a interiorização e a transformação sem limites de um real cujo conteúdo é extraído da sua natureza imanente, cinética e pluridimensional, cria uma natureza inteira: aquela que é nomeada e (re)criada pela árvore, que também se (re)cria nesse poder e nessa posse. A mensagem desta árvore não se esgota na criação de mundos invulgares e sedutores pela escala e pela poética do maravilhoso que os estrutura. Isto é: o leitor não terá apenas de reagir com deslumbramento ao apelo da imensidão dos universos mínimos habitados por uma árvore, animais pequenos e crianças aventureiras, atravessados por um maravilhoso que subverte as fronteiras do mais comum e quotidiano radicando-se contudo no mais natural: “Quando me cansar das garras, troco-as por asas”; “Quem me impede de virar tudo do avesso e plantar os ramos nas nuvens. Ou fazer com as raízes um céu debaixo da terra?”. O humor

discreto e contínuo, através do qual a árvore também contraria a seriedade e a monotonia da vida, é igualmente um sinal da sua inteligência e singularidade: “Posso ser carro de bombeiros, umas vezes vermelho, outras todo amarelo, e ir com os meus amiguinhos que pulam apagar incêndios, que do fogo tenho medo. Posso até ser avião e levar os amiguinhos que gritam e pulam para um país muito nas nuvens”.

Mas a raridade desta árvore, que, perto do final, se define, de novo ironicamente, declarando “Sou apenas uma árvore no fundo do quintal”, prende-se ainda com o uso de uma ironia que é já indignação e sarcasmo irreduzíveis: “Uma árvore não ouve nem vê, não fala nem anda, por que raio há-de poder sentir? Uma árvore tem que ficar a ver o dia passar e depois a noite antes de um novo dia que vem antes de outra noite. E assim para sempre”. A descoberta do valor por excelência da árvore deve-se a uma equação que é sugerida como lição – inteligência aberta e perscrutante / ironia indignada e corrosiva –, cuja amplitude alegórica e intencionalidade didáctica estão patentes nos dois últimos andamentos: “Mesmo as árvores no fundo do quintal não são todas o mesmo. Vive muito em mim, talvez bocas e orelhas; por certo, olhos. Muitos olhos. Sou uma árvore que dá olhos, pois sou. É isso o que sou”.

Raridade da árvore, raridade do texto: o lirismo mais puro e lúdico, consubstancial desde o início à voz narrativa (“Tenho raízes no coração da terra e ramos que fazem cócegas nas nuvens”), concilia-se com a ironia mais séria, o que faz deste discurso de descoberta e criação um manifesto de boa-fé e verdade. Um manifesto que não dissimula a ironia e o sarcasmo mas que também não esconde a sua vocação lírica, reconhecendo-se nestes dois modos de expressão, de espírito e pensamento forças vitais do enunciador e do texto, unidos no mesmo esforço de compreensão e transformação dinâmica do mundo.

A árvore despede-se pois do leitor confirmando implicitamente a sua inscrição autoconsciente no universo dos mitos e lembrando ao mesmo tempo que não é apenas origem de uma visão renovada sobre as coisas: é também criação sublimada de si mesma e exemplo de superação de todos os constrangimentos. A última sequência condensa essa mensagem prometendo a máxima libertação a quem ousar propor para si uma rara e desmedida ambição sonhadora: “Sou apenas uma árvore no fundo do quintal, mas sei que com os olhos se vai longe. Desde que estejam abertos, bem abertos”.

4. Conclusões

O valor mais vital destes textos consiste na sua capacidade de revelar a expressividade da Natureza e a expressividade das palavras que despertam no leitor um olhar estético e intelectualizado: esse olhar que nos liga, pela força da linguagem verbal que criamos e nos faz verdadeiramente humanos e naturais, à infância mais pura que é a da comunhão com a Natureza.

Nesta física, nesta essencialidade da Natureza, há portanto uma metafísica: a intemporalidade da Árvore, que contém a memória da origem do nosso universo, convoca a magia da visão das crianças; magia, com a inocência profunda que vem da visão rente às coisas tão feéricas quanto naturais, que a maioria dos adultos não sabe ou já não sabe praticar, por não ter vivido através da literatura, ou por ter esquecido, as origens míticas do mundo e as aspirações mais irreduzíveis do ser humano.

Livros, enfim, que as crianças mas também os adultos de todas as idades deveriam ler, sobretudo aqueles que não vêem na Natureza mais do que uma fonte inesgotável de recursos e um depósito para todos os tipos de lixo. Breviários ecológicos e humanistas que colocam em primeiro plano a culpa do ser humano

perante um Ser (a árvore) que é a *vida* do mundo, estas obras ensinam que a aventura humana não pode fazer-se senão dentro da aventura da Natureza, que deve ser o único Império ou o Império dos impérios de um bicho-homem naturalista e espiritualista, telúrico e místico, justo e bom.